

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.264 - SP (2019/0259139-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **TECELAGEM LADY LTDA**
ADVOGADO : **RODRIGO CENTENO SUZANO E OUTRO(S) - SP202286**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Tecelagem Lady Ltda.** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 591):

DIREITO ADMINISTRATIVO E ADUANEIRO. MERCADORIA IMPORTADA COM RÓTULO REDIGIDO EM PORTUGUÊS SEM INDICAÇÃO DO PAÍS DE ORIGEM. PENA DE PERDIMENTO. LEGALIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. É proibido importar produto estrangeiro com rótulo escrito, no todo ou em parte, em língua portuguesa, sem mencionar o país de origem. (artigo 45, inciso II, da Lei Federal n.º 4.502/64 e artigo 283, inciso II Decreto n.º 7.212/2010).

2. A jurisprudência desta E. Sexta Turma já decidiu no sentido de que o fato de constar da Declaração de Importação o correto país de origem das mercadorias não serve para comprovar a boa -fé da empresa, pois a irregularidade aqui analisada não tem relação com as informações prestadas ao Fisco, mas com aquelas constantes das embalagens dos produtos.

3. Apelação desprovida.

A parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

(I) 2º, VII, da Lei nº 9.784/1999, uma vez que o Termo de Retenção não obedeceu aos requisitos legais, já que apenas relaciona os artigos supostamente infringidos, sem qualquer descrição fática do motivo que levou à retenção e à aplicação da pena de perdimento;

(II) art. 692 do Regulamento Aduaneiro, pois a matéria-prima importada não pode ser considerada proibida de importação, de modo que a falha na etiquetagem poderia

ter sido saneada com a concessão de prazo pela Autoridade Coatora, o que não foi feito. Assim, não poderia sofrer a pena de perdimento de mercadoria com base em disposição legal que disciplina situação estranha ao caso tratado;

(III) art. 278 do Decreto nº 7.212/2010, segundo o qual o agente fiscal deve conceder oportunidade de regularizar os eventuais vícios formais existentes na importação, configurando-se abusiva a pena de perdimento, especialmente porque restaram comprovadas a ausência de dolo e a inexistência de qualquer prejuízo ao Erário;

(IV) art. 283 do Decreto nº 7.212/2010, afirmando que a finalidade da norma é garantir a entrada de mercadorias perfeitamente identificadas, exigência esta que foi atendida pela Declaração de Importação e pelos documentos encaminhados à fiscalização, além da respectiva embalagem. Acrescenta, então, que é desproporcional a aplicação da pena de perdimento, considerando que a importação se deu de forma regular e com todos os tributos incidentes devidamente recolhidos.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso (fls. 647/650).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, convém registrar que a matéria pertinente ao art. 2º, VII, da Lei nº 9784/1999 não foi apreciada pela instância judicante de origem, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Ademais, não se faz possível a esta Corte conhecer suposta a afronta ao art. 692 do Regulamento Aduaneiro, uma vez que referido instrumento normativo refoge do conceito de lei federal.

De fato, o STJ tem compreensão no sentido de que *"não é possível, pela via do Recurso Especial, a análise de eventual ofensa a decreto regulamentar, resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos administrativos compreendidos no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal."* (REsp 1.653.074/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin,

Segunda Turma, julgado em 21/3/2017 DJe 24/4/2017). No mesmo sentido ainda temos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. A EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI - EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE MERCADORIA ESTRANGEIRA ESTÁ ATRELADA AO CONJUNTO FÁTICO DOS AUTOS. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO NESTA SEARA RECURSAL. ADEMAIS, A DEMANDA FORA DECIDIDA COM BASE NO REGULAMENTO ADUANEIRO, ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. O VALOR FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS (20% SOBRE O VALOR DA CAUSA - R\$ 22.226,42) NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE A PONTO DE ATRAIR A INTERVENÇÃO DESTA CORTE NO SEU REDIMENSIONAMENTO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, resolveu a controvérsia acerca da exigibilidade da exação tributária em comento também sobre a parcela denominada Componentes de Frete. Inviabilidade de alteração nesta seara recursal, ante o óbice do verbete sumular 7/STJ.

2. Outrossim, a apreciação da controvérsia exige a interpretação do Regulamento Aduaneiro, que não se enquadra no conceito de Lei Federal, conforme disposto no art. 105, III, alínea a da Constituição Federal. Nesse sentido: AgRg no Ag. 701.741/SP, Rel.

Min. HUMBERTO MARTINS, DJ 6.6.2007; AgRg no Ag. 811.205/RJ, Rel.

Min. GILSON DIPP, DJ 11.6.2007.

[...]

(AgInt no REsp 1654757/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

Quanto ao mais, todavia, tenho que a irresignação merece acolhida. Com efeito, o entendimento do STJ é no sentido de que "*a importação de mercadoria com o rótulo em língua portuguesa, sem indicação do país de origem, não conduz à aplicação da pena de perdimento a menos que fique, efetivamente comprovado, o cometimento de dano ao erário*" (REsp 602.615/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 06/05/2004, DJ 14/06/2004, p. 178). No mesmo sentido:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. MERCADORIA IMPORTADA. DANO AO ERÁRIO INEXISTENTE. PENA DE PERDIMENTO. INAPLICABILIDADE.

PROPORCIONALIDADE.

1. Ausente a comprovação do dano ao erário, deve-se flexibilizar a aplicação da pena de perda de mercadoria estrangeira prevista no art. 23 do Decreto-Lei n. 1.455/76.

2. Recurso especial improvido.

(REsp 639.252/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2006, DJ 06/02/2007, p. 286)

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido, na medida em que manteve a aplicação da pena de perdimento, pelos seguintes fundamentos (fl. 588):

No caso concreto, as etiquetas afixadas apresentavam rótulos escritos em português sem constar qualquer menção ao país de origem ou o nome do fabricante estrangeiro, apesar dos dados constantes na DI n° 16/1905008-2 indicar como país de origem o Vietnã.

Com bem assinalado na r. sentença:

"22. Consta das informações anexadas pela autoridade alfandegária que a DI n° 16/1905008-2 foi parametrizada para o canal vermelho de fiscalização. E quando da conferência física, o auditor fiscal alertou o despachante aduaneiro contratado pela impetrante acerca das irregularidades verificadas na conferência (ausência, na etiquetagem, do nome do país de origem dos produtos).

23. A fiscalização constatou que as etiquetas afixadas apresentavam rótulos escritos em português sem constar qualquer menção ao país de origem ou o nome do fabricante estrangeiro, apesar dos dados constantes na DI indicar como país de origem o Vietnã. 24. Com isso, foi lavrado em 10/01/2017 o Termo de Retenção - EQCOF n° 014/2016, ficando as mercadorias retidas."

Com efeito, a jurisprudência desta E. Sexta Turma já decidiu no sentido de que o fato de constar da Declaração de Importação o correto país de origem das mercadorias não serve para comprovar a boa-fé da empresa, pois a irregularidade aqui analisada não tem relação com as informações prestadas ao Fisco, mas com aquelas constantes das embalagens dos produtos, in verbis:

Superior Tribunal de Justiça

Assim, ante a ausência de demonstração da existência de efetivo dano ao erário, tenho que a irresignação merece acolhida.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, dou-lhe provimento para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem a fim de que, considerada a premissa de que a pena de perdimento, na hipótese dos autos, somente pode ser aplicada quando comprovado o dano ao erário, prossiga no julgamento do feito, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator